



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 9 - 2017/2021

Data da Sessão: 18 de Fevereiro de 2019

Início da sessão: 10:00 horas

Términus da Sessão: 15:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, José António dos Santos Almeida, Pedro Manuel Marques Jana, Vera Lucia Marques da Silva, Vítor Manuel Rosado Silva Agostinho, Otávio Eusébio Rosa, Francisco Manuel Neto Dias Correia, José Casimiro Gonçalves Pereira, João de Matos Filipe, Carla Isabel da Silva Loureiro, António Cardoso Lopes, António Vicente Alves Reis, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, João Luis de Matos Pereira, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

Faltas Justificadas: Vítor Manuel Machado Gonçalves e Luís Filipe Aparício Lopes

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

**Acta N.º 9 - 2017/2021
18 de Fevereiro de 2019**

-----INICIO-----

---- Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas dez horas, reuniu, em sessão ordinária, no Auditório da Escola Sede do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Atribuição de Prémio de Cidadania.**
- 2) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**
- 3) Discussão e votação de proposta de criação de sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos e constituição da empresa intermunicipal que o vai gerir.**
- 4) Discussão e votação dos Mapas de Fluxo de Caixa relativo ao ano económico de 2018**
- 5) Discussão e votação de utilização de Saldo de Gerência do ano económico de 2018.**
- 6) Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2019.**
- 7) Análise e respetivas deliberações relativas à transferência de competências no âmbito do Decreto-Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.**
- 8) Discussão e votação sobre pedido de apoio da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira.**
- 9) Discussão e votação sobre Acordo de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Carvoeiro.**
- 10) Discussão e votação sobre Acordo de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Cardigos.**
- 11) Discussão e votação sobre Acordo de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga.**
- 12) Discussão e votação de contrato de empréstimo a celebrar entre a Caixa de Crédito Agrícola e o Município de Mação.**

Nesta sessão faltou o vogal Vítor Manuel Machado Gonçalves que justificou a sua falta em devido tempo, tendo sido substituído pelo vogal Octávio Eusébio Rosa

Faltou também o vogal Luis Filipe Aparício Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Amêndoa.

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Sr. Presidente da Mesa iniciou os trabalhos procedendo à instalação do membro Vera Lúcia Silva, com o Cartão de Cidadão nº 11676374.

O Sr. Presidente da Mesa continuou, informando que este novo membro foi instalado por motivo do falecimento do membro desta Assembleia José Manuel Serra Ferreira, propondo que fosse feito um minuto de silêncio em memória do mesmo.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade, tendo-se feito em seguida um minuto de silêncio nesta sessão, em memória e homenagem ao membro falecido desta Assembleia Municipal, José Manuel Serra Ferreira.

Ainda antes do início do Período Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas, Dr. José António Almeida que deu as boas vindas aos presentes e agradeceu na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o facto desta sessão da Assembleia Municipal se realizar mais uma vez nesta escola, e como responsável do Agrupamento de Escolas se sente muito satisfeito pois considera a mesma como uma aula de cidadania.

Seguidamente deu uma pequena explicação aos alunos presentes sobre as funções e funcionamento da Assembleia Municipal, referindo que a mesma é um órgão deliberativo e que as duas funções essenciais da mesma são, a de fiscalização da atividade da Câmara e de recomendar à Câmara que faça determinadas ações que considere importantes para o desenvolvimento do Concelho. Explicou ainda a composição dos Órgãos e dos seus membros, a forma como se desenrola uma sessão de Assembleia Municipal e as funções de cada elemento na mesma.

O Sr. Presidente da Mesa referiu que é importante que todos compreendam que, apesar desta sessão da Assembleia Municipal decorrer na Escola Secundária e ter algumas intervenções que habitualmente não são usuais, a mesma não é uma simulação, é uma sessão real, apenas realizada num espaço diferente do habitual.

Em seguida, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta referente à sessão ordinária de Dezembro de 2018, a qual foi aprovada por unanimidade.

Continuou, informando os presentes sobre a correspondência recebida, bem como relatório da CPCJ de Mação, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- O vogal João Filipe inicia a sua intervenção felicitando o Agrupamento de Escolas, na pessoa do seu Diretor, por mais uma vez abrir as portas a uma sessão desta Assembleia Municipal, que considera ser uma aula de cidadania. Mais refere que a discussão neste órgão é dedicada a assuntos de interesse para o nosso concelho e esse interesse está sempre em primeiro lugar para todos os membros desta Assembleia, sejam do PS ou do PSD e, por isso, podem haver opiniões diferentes sobre os assuntos mas sempre de acordo para o bem do Concelho de Mação e da sua população, pois esse é o interesse dos membros deste órgão.

Termina a sua intervenção deixando o desafio de que possa ser introduzida, nos últimos anos do ensino secundário, um disciplina de cidadania ou de formação política, mas que dessem a perceber aos jovens os vários patamares de decisão política que existem desde a Assembleia da República até este órgão e como devem funcionar e também para que os jovens se apercebessem dos diferentes regimes políticos existentes e que nem todos os países vivem em democracia como nós vivemos.

--- O vogal Duarte Marques inicia a sua intervenção agradecendo à Escola e ao seu Diretor por receber mais uma vez aqui uma sessão da Assembleia Municipal.

Continua a sua intervenção apresentando, em nome da bancada do PSD, uma proposta de que seja exarado em acta um voto de pesar pelo falecimento de José Manuel Serra Ferreira, membro desta Assembleia, eleito pelo PSD, cidadão do concelho de Mação e sobretudo uma boa pessoa, muito solidário e estimado e admirado por todos.

Continua deixando uma palavra de felicitações ao Agrupamento de Escolas de Mação pelo lugar da disciplina de Português no ranking nacional, pois ficou classificada nos primeiros dez. Refere que uma coisa de que sempre se orgulhou foi de chegar aos exames nacionais e ter notas mais altas que as que tinha tido aqui na escola. Refere que este resultado, e de outras disciplinas também, em que Mação ficou acima da média, nos rankings nacionais, não se consegue com trabalho de um ou dois anos, estes resultados refletem um trabalho sólido de muitos anos dos alunos, dos professores, dos pais, da direção da escola e de um concelho que decidiu apostar na educação e a educação é um fator determinante para se ter melhores oportunidades no futuro.

Termina a sua intervenção referindo que esta é a primeira sessão desta Assembleia após ter sido conhecido o relatório da IGAI e o mesmo vem confirmar aquilo por que todos aqui deram a cara, que foi o desvio de meios do concelho de Mação, nos incêndios de 2017. Mais refere que, para além disto, Mação é o concelho mais discriminado do país no que concerne aos apoios na sequência dos referidos incêndios, o que é uma vergonha. Refere ainda que, na sua opinião esta não é a maior vergonha, e considera que a maior vergonha é ter tido uma Autoridade Nacional de Proteção Civil, remodelada meses antes do período de incêndios, um Comandante Nacional e um Presidente da Proteção Civil incapazes e incompetentes, que para além disso, cometeram a atrocidade de desviar meios de um incêndio em plena crise para um distrito ao lado, de onde o referido incêndio vinha e onde a pressão política era maior. Refere ainda que, felizmente, nós vivemos num Estado de Direito e as instituições de direito vieram demonstrar que Mação tinha razão e que estas pessoas deverão ser punidas. Termina referindo que, em nome dos eleitos do PSD, considera que a Câmara Municipal de Mação deve prosseguir os esforços para ir atrás da responsabilização das pessoas que estiveram envolvidas, sobretudo dos decisores operacionais que deviam proteger as populações mas que, ao contrário, as desprotegeram.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo uma vez mais a questão das luminárias de iluminação pública e solicita informação sobre andamento deste processo. Continua solicitando informação sobre como está o processo de requalificação dos arruamentos e valetas da povoação de Castelo. Solicita informação sobre intervenção que está programada para as povoações de Cerro do Outeiro e Louriceira. Relativamente à Zona Industrial das Lamas, solicita informação sobre se existe um regulamento atualizado da mesma e se está a ser aplicado. Continua a sua intervenção referindo que, na sequência da visita do executivo à União de Freguesias, que acompanhou, foram detetadas algumas situações na EN 244, estrada sob a jurisdição das Infraestruturas de Portugal, que prejudicamos utilizadores daquela via e solicita informação sobre se há alguma novidade relativamente a este assunto. Termina a sua intervenção solicitando, relativamente à sinalização de trânsito que foi danificada com os incêndios de 2017, informação sobre quem está a fazer esse trabalho e que acompanhamento é que está a ser feito por parte da Câmara pois verificou algumas situações, nomeadamente o cruzamento Aboboreira, Penhascoso, Serra, que, ou não está o trabalho terminado ou parece-lhe que a sinalização não está correta.

--- A vogal Carla Loureiro inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo a presença dos jovens. Continua a sua intervenção apresentando uma recomendação sobre um tema muito atual e apropriado ao local onde esta Assembleia se está a realizar, que é a “Violência no Namoro”:

“Sabemos que jovens que praticam atos de violência no namoro serão adultos igualmente violentos numa futura relação em idade adulta, pelo que se torna cada vez mais premente trabalhar esta problemática junto das crianças e dos jovens.....(falta texto)”

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção deixando uma palavra de felicitações ao Agrupamento de Escolas de Mação pelo lugar alcançado no ranking nacional, nomeadamente com a disciplina de Português. Mais refere que a classificação dada pelo Público em diversos rankings também é positiva, tem subido e congratula-se com este facto pois é um sinal que o trabalho que tem sido feito tem sido bom.

--- O vogal Daniel Jana inicia a sua intervenção referindo que verificou que o painel publicitário existente na entrada sul da vila de Mação foi retirado e solicita informação sobre se o mesmo vai voltar a ser colocado ou se existe alguma alternativa ao mesmo pois é uma avenida importante de Mação e está mal assim. Continua a sua intervenção referindo que, ainda sobre a questão dos incêndios e na sequência da intervenção do vogal Duarte Marques, deve ser realçada a solidariedade institucional dos eleitos do PS no concelho de Mação, quer nesta Assembleia, na Câmara e nas Juntas de Freguesia, que sempre deram total apoio na questão da injustiça que está a ser feita com o concelho de Mação. Refere ainda sobre esta questão, que considera ter sido injusto por parte do Sr. Presidente da República, nunca ter vindo visitar o concelho de Mação nem nunca ter querido saber do que aqui se passou e está a passar. Termina a sua intervenção solicitando informação sobre ponto de situação do Conselho Municipal da Juventude.

--- O vogal António José Almeida inicia a sua intervenção agradecendo as palavras que foram dirigidas ao Agrupamento sobre os resultados que foram obtidos nos últimos rankings publicados. Continua a sua intervenção referindo que para o Agrupamento, os rankings valem o que valem, podem encher um bocadinho o ego de algumas pessoas mas não é o mais importante para esta escola. Refere que a batalha de todos os dias neste Agrupamento é uma batalha pela qualidade de ensino, por fazer as coisas bem feitas e obter sucesso escolar que é o mais importante e a responsabilidade da escola em Mação é completamente diferente da responsabilidade da escola noutros pontos do

país porque aqui, se a escola falhar, muitos projetos de vida destes jovens vão também falhar pois não têm substitutos para a escola. Mais refere que estes bons resultados são o resultado da confluência de múltiplos fatores e de múltiplos agentes, nomeadamente a Câmara Municipal que está sempre ao lado do Agrupamento para apoiar sempre que lhe é solicitado. Termina a sua intervenção deixando um desafio, que seja realizada na escola uma Assembleia Municipal temática sobre Educação, na qual seria apresentado, com detalhe todo o trabalho que é realizado no Agrupamento.

--- O vogal João Filipe apresentou proposta de que seja exarado em acta um voto de louvor ao trabalho desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas, e expresso nos resultados da escola do ranking nacional e no programa de rádio “Um Herói da Nossa Terra”, elaborado por alunos do Agrupamento.

A admissão da proposta foi aprovada por unanimidade.

Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Em seguida felicitou o Agrupamento de Escolas pelo lugar alcançado no ranking nacional, nomeadamente com a disciplina de Português.

Relativamente à intervenção do vogal Duarte Marques, refere que a Câmara se associa à Assembleia Municipal no voto de pesar pelo falecimento do membro da mesma, José Manuel Serra Ferreira. Em relação ao relatório da IGAI refere que houve frases e palavras por si proferidas e atitudes por si tomadas que constituíram um elevado risco e, se hoje estamos todos confortáveis e podemos, de alguma forma dizer que aquilo que sempre afirmámos foi verdade e está consubstanciado no relatório, questiona-se como teria sido, nomeadamente em relação à sua pessoa, se o relatório não dissesse aquilo que diz, depois de ter sido acusado em vários sítios e em vários órgãos de comunicação social, de estar a fazer aproveitamentos políticos relativamente a esta matéria e de estar preocupado com as eleições que iriam decorrer daí a uns meses e que estava a tentar desviar as atenções da incompetência da Câmara de Mação.

Relativamente à intervenção do vogal José Fernando Martins e em relação às luminárias, informou que chegaram à Câmara há alguns dias um conjunto grande de orçamentos para repor luminárias e na freguesia de Mação já foram colocadas algumas novas luminárias e vão continuar a realizar-se mais intervenções nessa matéria. No que diz respeito aos arruamentos da povoação de Castelo, a empreitada está adjudicada e em breve será feita a intervenção. Em relação ao Cerro do Outeiro e Louriceira informou que há uma intervenção prevista para aquelas localidades que tem essencialmente a ver

com o interior das mesmas no sentido de reposição de pavimento naqueles dois locais. Relativamente ao regulamento da Zona Industrial das Lamas, informou que existe um regulamento do Plano de Pormenor aprovado desde os anos 90 e há também um novo regulamento aprovado e publicado em Diário da República e que está em uso na gestão dos lotes daquela Zona Industrial. Em relação às questões da EN 244, informou que a Câmara terá de agendar uma reunião com as Infraestruturas de Portugal para se ir ao local verificar as referidas situações. No que diz respeito ao cruzamento Aboboreira, Serra, Penhascoso, informa que vão ser avaliadas as questões colocadas pelo Sr. Presidente da União de Freguesias. Mais informou que aquela sinalização vai ser substituída no âmbito da sinalização destruída pelos incêndios de 2017 e a situação vai ser analisada para que tudo fique correto, admitindo que pode ter havido ali algum lapso. Relativamente à intervenção da vogal Carla Loureiro, refere que a Câmara colhe como boa a recomendação apresentada, que fará chegar à Câmara e considera que há margem para se trabalhar em conjunto nesta matéria, com o grupo que trata das matérias de violência doméstica, que tem pessoas habilitadas e que poderá desenvolver alguma iniciativa em conjunto com a vogal Carla Loureiro pois considera que faz todo o sentido todos trabalharmos nesse sentido.

Relativamente à intervenção do vogal Daniel Jana, refere que o referido painel estava colocado naquele local através de um acordo que a Câmara tinha estabelecido com uma empresa sem custos para a mesma, durante um período de tempo e a Câmara solicitou que o mesmo fosse retirado por não se encontrar em condições e neste momento está a ser estudada uma forma de resolver aquela situação e poderá haver a possibilidade de ser colocado naquele local outro equipamento. Em relação à questão dos incêndios e da solidariedade institucional, refere que não esquece que houve efetivamente essa solidariedade dos eleitos na Câmara e na Assembleia e sempre o referiu em todo o lado e agradece mais uma vez a colaboração das pessoas arroladas como testemunhas para o processo da IGAI, que foram ouvidos e seguramente também contribuíram para o resultado final. E em relação ao Sr. Presidente da República, o mesmo esteve em Mação na altura dos incêndios em 2017 mas após isso, o mesmo tem tido uma solidariedade muito pouco visível e muito aquém do que seria suposto acontecer. Em relação aos partidos políticos, quer o PS, quer o PSD, com exceção dos deputados eleitos por Santarém, nada têm feito e reconhece que é com mágoa que o diz pois passados 15 dias da saída do relatório da IGAI, ainda ninguém do seu partido, PSD, teve a hombridade de lhe dizer rigorosamente nada. Relativamente ao Conselho

Municipal de Juventude, informa que os representantes da Assembleia Municipal serão designados na próxima sessão ordinária da mesma.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

Já no período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: 1) **Atribuição de Prémio de Cidadania.**

---O Sr. Presidente da Mesa inicia este ponto da Ordem de Trabalhos referindo que o cidadão que vai receber este prémio é Arlindo Consolado Marques, natural do concelho de Mação mas conterrâneo de todos nós pois o Rio Tejo, que ele defende, é de todos nós também.

Continua a sua intervenção dirigindo-se ao Arlindo Consolado Marques felicitando-o pela sua postura e atitude para com o Rio Tejo, referindo ainda que admira imenso a sua coragem ao defender um património que é de todos nós, que é o Rio Tejo.

Termina referindo que, para além do prémio que lhe vai ser atribuído, lhe dedica estas frases de Bertold Brecht:

"Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem. "

Considera que muito do comportamento do Arlindo Consolado Marques tem muito a ver com isto pois fala-se muito da violência das águas mas muitas vezes não se olha para as "margens" que o vão apertando e que muitas vezes o fazem "gritar", e nesse sentido foi muito ajudado pelo Arlindo.

---O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção referindo que a Câmara se associa a esta homenagem que é prestada ao Arlindo Consolado Marques e a este prémio, em termos pessoais e institucionais. Mais refere que a Câmara sempre tem sido solidária com o Rio Tejo e também com a pessoa em causa pois todos nós sabemos a importância do trabalho que o Arlindo fez, o facto de ter denunciado, muitas vezes com riscos pessoais evidentes. Refere ainda que, sem todo o trabalho de denúncia do Arlindo, não teria sido possível estarmos na situação em que estamos hoje, com a Câmara a retomar o Festival da Lampreia e os pescadores a dizerem que há muito tempo não viam o Rio tão limpo. Termina referindo que o Arlindo é um bom exemplo de resistência e de cidadania e de como a comunidade pode tentar contrariar aquilo que nós por vezes pensamos que é impossível de alterar. Em nome da Câmara Municipal de Mação e de todo o município, o nosso muito obrigado por tudo aquilo que o Arlindo já fez e que, seguramente irá continuar a fazer.

--- O vogal João Filipe, em nome dos eleitos do PS nesta Assembleia Municipal, agradece o trabalho do Arlindo Consolado Marques em relação ao Rio Tejo. Mais refere que, provavelmente o processo movido pela Celtejo contra o Arlindo terá sido a forma de levar o problema do Rio Tejo, que é um património de toda a humanidade, para planos nacionais e até mesmo internacionais. Termina felicitando o Arlindo, agradecendo todo o seu trabalho e deixando uma mensagem de solidariedade afirmando que o mesmo contará sempre com os membros desta Assembleia Municipal.

---O vogal Duarte Marques iniciou a sua intervenção referindo que foi no início de 2015 que se começou a falar da poluição do Rio Tejo e que se tomou a primeira Resolução nesse sentido e, nessa altura já o Arlindo Consolado Marques andava por aí a fazer vídeos sobre o Rio Tejo, sozinho, pelo meio do rio a arranjar provas dessa poluição. Mais refere que este prémio não é para entregar todos os anos mas sim quando houver alguém que o justifique e que o mesmo sirva para expressar o agradecimento, neste caso ao Arlindo Consolado Marques, mas também para mostrar o que é um exemplo de cidadania, que é isto, pessoas que, para além da sua atividade normal, trabalham em prol do bem de todos nós. Mais refere que este prémio é atribuído ao Arlindo Consolado Marques pois ele teve uma coisa que mais ninguém teve, apesar de muitos terem lutado também pelo Rio Tejo, que foi a sua persistência, nunca abandonou, nem por um dia a luta de denúncia do que se estava a passar no Rio Tejo, com prejuízo até da sua vida privada, com ameaças e com a instauração de um processo judicial por parte da Celtejo. Termina referindo que este prémio significa o quão gratos todos estamos, neste concelho, pela ação do Arlindo Consolado Marques e também deixar a mensagem de que, se todos fizermos um bocadinho daquilo que ele fez, já estamos a fazer melhor. Refere que é com muito orgulho que, em nome dos eleitos do PSD nesta Assembleia, lhe agradece tudo o que ele fez, com prejuízo da sua vida e que ainda não está acabado pois é importante manter sempre o foco.

--- O Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas e vogal José António Almeida intervém para informar que o Agrupamento de Escolas foi desafiado, num concurso de rádio, para levar a efeito um projeto com o título “Põe a Tua Terra nos Píncaros – Um Herói da Tua Terra” e o Agrupamento concorreu e teve um prémio nesse concurso, no qual foi escolhido pelos alunos, como “ Herói da Tua Terra”, o Arlindo Consolado Marques. Em seguida foi passada a gravação do referido programa de rádio, levado a efeito pelos alunos do Agrupamento de Escolas de Mação.

Em seguida foi entregue pelo Sr. Presidente da Câmara o Prémio de Cidadania ao Arlindo Consolado Marques.

--- Arlindo Consolado Marques iniciou a sua intervenção referindo que está muito feliz com este prémio que para si é muito importante. Mais refere que, para si, também é muito importante verificar que o Rio Tejo, neste momento, está muitíssimo melhor do que estava, de Vila Velha de Rodão até Lisboa, tendo ontem apanhado doze ameijoas no rio, que tinham desaparecido com a poluição e agora voltaram ao rio, o que o deixou muito contente. Refere ainda que este prémio será também muito importante no processo que a Celtejo lhe moveu e no qual teve o apoio de todas as pessoas e instituições do concelho de Mação, que sempre lhe deram razão. Mais informou que também recebeu um prémio em Espanha relacionado com a temática do Tejo. Agradece a todos que o ajudaram com apoio no facebook, com donativos em dinheiro para ajudar no processo judicial. Agradece ao Sr. Presidente da Câmara, ao vogal Duarte Marques, Deputado eleito por Santarém, ao vogal João Filipe e a todos os membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal que sempre o apoiaram na sua luta de denúncia da poluição do Tejo em várias instâncias e que permitiram que o assunto chegasse à Assembleia da República. Termina referindo que fica muito feliz com este prémio, que, para si é o mais importante que recebeu pois é da sua terra e deixa a mensagem de que, enquanto puder, nunca vai desistir e estará sempre alerta com o que se passa no Rio Tejo.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Discussão e votação de proposta de criação de sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos e constituição da empresa intermunicipal que o vai gerir.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que este é um assunto extraordinariamente importante para o concelho de Mação, para os seus munícipes e para a Câmara. Continuou a sua intervenção dando conhecimento dos passos e estudos que foram feitos para este procedimento, que inicialmente seria para 12 municípios e finalmente vai ser uma empresa intermunicipal com 6 municípios, todos pertencentes à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Assim, e uma vez que já foi feita uma reunião para apresentação deste sistema com os membros da Câmara, os Srs Presidentes das Juntas de Freguesia e representantes desta Assembleia Municipal, na qual foram esclarecidas as dúvidas existentes e, por isso refere que o que hoje está para deliberação é a criação da empresa intermunicipal Tejo Ambiente, com capital exclusivamente municipal. Considera que, para o concelho de Mação, é fundamental e decisivo a adesão a esta empresa, somos dos municípios que mais tem a ganhar com esta adesão, não só por causa do deficit que temos mas também e principalmente pelos enormes problemas que temos de gestão daquilo que está hoje sob a nossa jurisdição, quer em termos das diversas etar's que carecem de investimentos, quer pelos inúmeros sistemas de abastecimento de água que nos obrigam, de uma forma muito presente, a estarmos com atenção a essa matéria, com grandes responsabilidades em termos de ambiente, em termos de saúde pública e dificuldade em garantir a qualidade que para a Câmara é essencial e para a qual estamos obrigados. Mais informa que cada vez mais a ERSAR está a ser muito veemente nas vistorias, nas análises, nos pedidos de esclarecimento e no cumprimento dos incumprimentos. Refere ainda que acresce o facto do Governo estar a incentivar estas agregações, como já foi feito no passado por outros governos, para que haja ganhos de escala nestas questões e os fundos comunitários estão, cada vez mais, e praticamente só, direccionados para estes sistemas intermunicipais. Refere ainda que o que se propõe com esta adesão é ter um sistema mais equilibrado, onde possamos ter a garantia de que temos condições financeiras e outras, para melhorar aquilo que já existe e que podemos otimizar os nossos recursos. Mais informou que, conforme é referido nos documentos que todos receberam, estão previstos, ao longo desta concessão de 30 anos, investimentos para o concelho de Mação na casa dos 17 milhões de euros e, se hoje for aprovada esta proposta, até final deste mês teremos condições para submeter candidaturas de cerca de 6 milhões de euros para podermos concretizar aquilo que é necessário vir a fazer na remodelação das etar's que estão sob a responsabilidade da Câmara, de Chão de Codes 1 e 2, Pereiro, Aldeia de Eiras, Chão de Lopes Grande e Chão de Lopes Pequeno, Chaveira, Caveirinha, Queixopera e Carregueira e reformulação

de dois sistemas de abastecimento. Informou ainda que existem alguns pontos menos positivos nesta proposta, especialmente a questão do tarifário, que, no concelho de Mação vai ser notado pelos consumidores mas não há outra forma pois o tarifário vai ser uniforme nos 6 municípios e a Câmara de Mação, que durante anos anda a subsidiar a água às pessoas, contrariando aquilo que são as recomendações da ERSAR, violando a Lei das Finanças Locais, terá de fazer um equilíbrio das tarifas e, sabendo a especificidade própria do nosso concelho, sabendo a grande diferença que vai existir entre aquilo que as pessoas pagam agora e irão pagar no futuro, terá de ter aqui alguns “amortecedores”, no sentido de poder evitar situações que possam vir a ser complicadas, ou seja, haverá um regulamento de tarifário para todos os municípios, o que não invalida que cada um dos municípios, posteriormente, possa fazer a sua gestão e poder subsidiar a água a instituições, associações e famílias com carências. Considera que, com uma gestão a seis de toda esta problemática das águas, do saneamento e dos resíduos. Há ganhos de escala evidentes em termos de equipamentos, de pessoal, de recursos, para uma população que rondará as cento e dez mil pessoas. Termina referindo que, a ser aprovada esta adesão, haverá aqui um período relativamente largo, de transição, até final do ano, para que a empresa entre em efetividade de funções e sejam definido um conjunto de regras e de obras que terão já início e haverá também a questão dos funcionários que, em casa Câmara, estão afetos a estes serviços e que não perdem o seu posto de trabalho nem o vínculo à Câmara nem tão pouco são obrigados a ir trabalhar para esta empresa, haverá sim uma lógica de voluntariado e quem quiser ir pode ir e mantém as regalias que têm com a Câmara de Mação e cada funcionário poderá tomar a opção que entender.

Considera que esta solução, sem ser perfeita, será uma boa solução para conseguirmos resolver um problema crítico que o concelho de Mação ainda tem e que, por razões várias, nunca conseguiu resolver.

---O vogal João Filipe inicia a sua intervenção referindo que considera que esta solução de uma associação de municípios será a solução mais acertada para se resolverem os problemas que são semelhantes em todos e nada melhor que criar escala e avançar para o terreno pois cada concelho sozinho e por si só não conseguirá os investimentos necessários.

--- A vogal Carla Loureiro inicia a sua intervenção solicitando informação sobre se há já alguma ideia de quanto será a percentagem do aumento da fatura da água ao consumidor pois considera que é um factor importante a ter em consideração. Continua a sua

intervenção solicitando informação sobre se, depois deste sistema estar implementado a câmara ainda ficará responsável por algum sistema mais pequeno. Termina a sua intervenção solicitando informação sobre quem é que pagará a deposição dos resíduos sólidos às entidades que os recebem e que agora a Câmara paga.

---O vogal António Reis inicia a sua intervenção solicitando informação sobre porque é que a Câmara ainda tem cerca de 40 pontos de recolha de água. Continua solicitando informação sobre como é que será a relação com a Valnor quando esta empresa entrar em funcionamento. Termina solicitando informação relativamente ao investimento inicial que vai ser feito, se o mesmo será da responsabilidade da empresa ou se a Câmara terá de fazer o referido investimento.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que o Sr. Presidente mencionou que as perdas de rede atingem os 70% e questiona sobre como é que é calculado esse valor, que considera ser assustador pois o mesmo não deveria ir além dos 25%. Continua solicitando informação sobre se os Presidentes dos seis concelhos terão assento nalgum órgão da nova empresa. Termina solicitando informação se a ideia de construção de uma albufeira no concelho de Mação, como já foi equacionado há alguns anos, estará completamente posta de parte. Considera que o nosso concelho tem a topografia ideal para ter uma albufeira pelo que considera que essa hipótese não deveria ser completamente posta de parte.

--- O vogal Duarte Marques inicia a sua intervenção referindo que isto é uma consequência inevitável de uma decisão tomada há muitos anos atrás e que, correta ou incorretamente nos levou a este caminho e, por isso, agora não há outra solução. Considera que este será o caminho a seguir nesta matéria e o concelho de Mação teria muito a perder se não se concretizasse, quer a nível de investimentos, quer pela necessidade de intervenções que têm de ser feitas.

---O Sr. Vereador António Louro inicia a sua intervenção referindo que, efetivamente, como disse o vogal Duarte Marques, esta escolha está fortemente condicionada pelo passado e pela forma precoce com que o concelho de Mação olhou para o abastecimento de água às populações e isso significa que temos muitas condutas com 30 anos e são sistemas que estão no fim da sua vida útil. Mais refere que todos esperamos que as Águas do Centro fossem a solução para os nossos problemas e tenderia a ser mas foi estabelecida logo de início uma cultura muito empresarial à volta das iniciativas que, na prática, resultou que conseguíssemos resolver o problema de 80% da população do concelho, nos locais onde era economicamente mais aliciante fazer os investimentos.

Mais refere que o problema é que, com as Águas do Centro resolveram-se os problemas das sedes de freguesia e das povoações de maior dimensão mas ficaram os outros 40 sistemas pequenos que não são interessantes do ponto de vista económico da venda de água e os problemas que temos para resolver, em termos de investimento, são sempre um mau negócio. Refere ainda que esta empresa em uma grande vantagem que é ir buscar uma grande fatia dos investimentos para resolver estes problemas aos apoios comunitários do Fundo de Coesão Territorial e 85% de suporte de apoio da comunidade europeia nesses investimentos vão-lhe dar a racionalidade financeira necessária e que não seria possível de outra forma. Mais refere que, com as Águas do Centro se tinham resolvido cerca de 80% do abastecimento e agora, com este sistema, criando 50 km de condutas e fazendo as ligações necessárias, anular 40 sistemas de captação de água. Refere ainda que com esta empresa aumenta a capacidade negocial que os municípios por si só nunca conseguirão ter e Mação sentiu isso de uma forma muito dura nas negociações com a Águas do Centro, a nossa capacidade negocial foi nula. Considera este um momento histórico pois vamos ficar com o sistema completamente novo, que ficará para os próximos 50, 60 anos em termos de abastecimento em alta e vai-se abrir aqui também um novo tempo que é de olharmos agora para as condutas que foram colocadas nas áreas urbanas há 50 ou 60 anos e onde esta empresa terá também de fazer alguns dos seus investimentos para evitar as famosas perdas de rede que não serão, na realidade, tão graves como vêm espelhadas nos documentos, mas são com certeza bastante significativas. Termina referindo que, com a experiência que tem, ao longo dos anos, nestas matérias, considera que esta é a única forma que temos de resolver os problemas e tem a certeza que estamos a tomar uma boa decisão para o futuro do concelho de Mação.

--- O Sr. Presidente intervém para referir que, relativamente à questão da tarifa colocada pela vogal Carla Loureiro, informou que o estudo apresentava um aumento de tarifa na ordem dos 60%, mas não vai ser esse o valor real pois há alguns fatores que não foram considerados e está convencido que será inferior mas teremos de esperar para ter a certeza, mas vai efetivamente haver um aumento das tarifas. No entanto, e como já referiu antes, a Câmara irá criar tarifas diferentes para idosos, pessoas carenciadas, famílias numerosas e instituições, associações e comércio, pois a Câmara estará sempre atenta a estas questões e todas elas terão de ser equacionadas, pois representam um problema real. Ainda sobre as questões da vogal Carla Loureiro, informou que a Câmara não ficará com nenhum sistema, todos serão todos entregues.

Relativamente à entrega dos resíduos sólidos, informou que os contratos existentes passam para a nova empresa que ficará responsável pelo pagamento desse serviço, continuando a Câmara a ser acionista da Valnor e das Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Em relação aos projetos é a empresa que paga com as suas fontes de financiamento, a Câmara vai pagar os projetos que vai agora submeter as candidaturas mas os mesmos serão posteriormente “vendidos” à empresa que, a partir daí assume toda a gestão do processo.

Relativamente à participação dos Presidentes das Câmaras na empresa, informou que o que está previsto nos estatutos é que o Conselho de Administração será composto por 3 Presidentes de Câmara, sendo que o Presidente é sempre Ourém ou Tomar pois são os que têm mais de 25% do capital. A Assembleia Geral será constituída também por 3 Presidentes de Câmara, pelo que cada Câmara ocupará um dos seis lugares existentes e as tomadas de decisão serão por maioria simples com exceção da decisão de aumento do tarifário.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata:

Minuta:

“CRIAÇÃO DE UM SISTEMA INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS E DA CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA INTERMUNICIPAL QUE O VAI GERIR

Assembleia Municipal de Mação tomou conhecimento de proposta relativa à aprovação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos e da constituição da empresa intermunicipal que o vai gerir, bem como de todos os anexos à mesma, apresentada pela câmara municipal.

Após análise, a Assembleia Municipal de Mação, em cumprimento da alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, articulado com o artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, ambos na sua atual redação, deliberou concordar com a referida proposta, autorizando e aprovando por unanimidade todos os atos submetidos à sua apreciação.

Mais deliberou por unanimidade aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.”

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **Discussão e votação dos Mapas de Fluxo de Caixa relativo ao ano económico de 2018**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que a aprovação dos Mapas de Fluxo de Caixa, Saldo de Gerência e sua aplicação para o ano de 2019 é um procedimento habitual. Mais informa que é um montante de 2.160.000,00€ que a Câmara solicita que seja inserido no Orçamento, com as justificações apresentadas para o efeito. Informa ainda que este valor tem a ver com as candidaturas ao Fundo de Emergência Municipal e da APA.

---O vogal José Fernando Martins intervém para referir que considera insuficiente a informação do técnico da Câmara que acompanha os documentos pois não existe na mesma uma fundamentação legal para se efetuar o procedimento. Mas deixa a informação que efetivamente se pode fazer pois foi publicada a Lei nº 51/2018 que altera a Lei nº 73/2013, no nº 6 do seu artigo 40º e era essa informação que esperava ver incluída na informação técnica que foi enviada aos membros da Assembleia.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação de utilização de Saldo de Gerência do ano económico de 2018.**

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2019.**

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Análise e respetivas deliberações relativas à transferência de competências no âmbito do Decreto-Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.**

O Sr. Presidente informou que as propostas aqui presentes foram já aprovadas em reunião de Câmara, no seguimento das deliberações tomadas anteriormente sobre esta matéria, ou seja, não aceitar a transferência de competências que teriam de ser assumidas pela Câmara e aceitar transferência de competências que teriam de ser assumidas pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Mais refere que estes temas são um pouco diferentes dos discutidos anteriormente pois estamos aqui a falar de Educação e Saúde, que têm um peso grande naquilo que é a gestão da Câmara, relacionamento entre os serviços, relacionamento com as pessoas e, por isso considera que se deve ter aqui um cuidado diferente e não deve aceitar a transferência destas competências. Em relação à Educação considera que ainda há um longo caminho a percorrer de debate e de análise entre as entidades e para além disso também não temos ainda os valores que traduzem em termos financeiros aquilo que a Câmara Municipal de Mação poderia receber, nomeadamente em termos das instalações e em termos dos funcionários. Para além de que, conforme tem dito, continua com a perceção que não há, por parte do Agrupamento de Escolas grande vontade de que a Câmara possa vir aqui a assumir um maior protagonismo. Refere que não é que isso seja o fator decisivo mas considera que nestas questões é preciso que todos estejamos confortáveis com algumas situações. Mais refere que, também na área da saúde lhe parece que as coisas funcionam mais ou menos da mesma forma. E em relação à saúde refere que não pode deixar de se preocupar pois recebeu no dia 15 de fevereiro de 2019 um ofício da Sr^a Diretora das Autarquias Locais dando conta daquilo que era essencial para a discussão da descentralização de competências na área da saúde e onde vinha junto um mapa daquilo que são os equipamentos hospitalares e centros de saúde que ficarão sobre a jurisdição da Câmara e respetivos valores e verificou várias incorreções como por exemplo referência a polos que não existem, nomeadamente Vales e várias incorreções relativamente a rendas dos mesmos e número de funcionários do Centro de Saúde de Mação. Assim, considera que este tipo de questões estão muito verdes, com alguma gravidade e a pressa demonstrada em ir para a frente com esta decisão não augura nada de bom neste e noutras matérias. Mais refere que se isto é assim na saúde, imaginemos o que será na educação, quando começamos a verificar cada um dos pontos. Termina referindo que falará com quem de direito para dizer que há trabalho que deve ser feito nestas matérias pois apesar de ser totalmente a favor da descentralização, este processo necessita que seja feito muito trabalho para que todas as questões sejam acauteladas e, nesse sentido solicita à Assembleia Municipal que

podéssemos esperar um pouco para ver como é que estas questões se vão desenvolver.

Relativamente às competências a transferir para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, propõe que as mesmas sejam transferidas, conforme proposta apresentada

---O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que as preocupações do Sr. Presidente da Câmara são as preocupações dos membros eleitos do PS pois todos queremos o melhor para o nosso concelho. Continua a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, necessita de informações para avaliar as decisões e na proposta que lhes foi enviada não era dada explicação para a decisão de não aceitar a transferência das competências mencionadas e considera que essas explicações são fundamentais para uma discussão fundamentada e para uma tomada de posição sobre a matéria. Mais refere que a posição dos eleitos do PS é a mesma que foi tomada anteriormente, considerando que a Câmara poderia começar a aceitar algumas competências para começar a haver o contacto com estas situações. No entanto, apesar de considerarem necessário mais informação sobre a proposta, refere que respeitam a decisão do Sr. Presidente e que os eleitos do PS se irão abster na proposta 11 e votar favoravelmente a proposta 10.

---O vogal Duarte Marques refere que este caso é a demonstração do que acontece quando se quer mostrar serviço quando não se fez uma reforma estrutural a sério. Mais refere que considera uma grande irresponsabilidade as Câmaras Municipais aceitarem estas competências quando não têm garantia absolutamente nenhuma dos valores que vão receber e, por isso, considera mesmo que as Câmara que estão a aceitar estas transferências são Câmaras irresponsáveis perante os seus munícipes e sobretudo para aqueles que, a seguir, vão desempenhar estas funções. Refere ainda que, se este processo não for parado política ou judicialmente, dentro de três anos, as Câmara vão ficar com inúmeras competências do Estado que o próprio Estado hoje em dia não tem capacidade para as sustentar e basta olhar à volta e ver que as transferências de competências é entregar às Câmaras o entulho a preço de saldo e passar para as mesmas um conjunto de competências que o Estado tem e que não cumpre. Termina referindo que é um defensor da descentralização de competências, considera que as Câmaras devem ter mais competências do que as que têm mas este processo está a ser feito à pressa, em cima do joelho, demonstrando grande irresponsabilidade. Os eleitos do PSD são contra as transferências de competências para a Câmara, nas condições em que as mesmas estão a ser feitas.

---O vogal João Filipe inicia a sua intervenção referindo que, após ter tido conhecimento, pelo Sr. Presidente, do documento enviado pela Direção Geral das Autarquias Locais, deduz que também aquela entidade terá recebido as informações incorretas e solicita cópia da referida informação.

---O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção felicitando a Câmara pela decisão que teve nesta área da transferência de competências, que lhe parece a mais sensata, uma vez que as mesmas não estão solidificadas nem quanto ao tempo nem quanto ao modo. Continua referindo que tem muitas dúvidas relativamente às transferências de competências na área da educação pois é uma área que conhece bem, nomeadamente porque vão ser esvaziados os Agrupamentos de Escolas numa componente que tinha sido importante até agora, que é ter o seu orçamento e a capacidade de decidir onde, como e quando poderiam fazer investimentos e, a partir de agora, de uma forma mais ou menos camuflada, vai-se transformar a área da educação numa divisão da Câmara Municipal e sempre que o Agrupamento queira fazer qualquer coisa terá de ter o aval da Câmara o que não lhe parece ser a melhor forma de o fazer, pois com as mudanças possíveis na Câmara poderá mudar também tudo no Agrupamento. Termina referindo que, relativamente à transferência de competências para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, concorda em absoluto que as mesmas sejam aceites pois aí há claramente uma mais valia e, se há Comunidade Intermunicipal que, nestas áreas, as exerce bem, é sem dúvida a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata:

Minuta:

“TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

PROPOSTA Nº 10 P/2019

“Proponho que a Assembleia Municipal aceite a transferência de competências para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos da lei 50/2018 de 16 de agosto, das competências abaixo indicadas e previstas nos respetivos Decretos-Lei:

Decreto-Lei n.º21/2019: Transferência de Competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da educação;

Decreto-Lei n.º22/2019: Transferência de Competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da cultura;

Decreto-Lei n.º23/2019: Transferência de Competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da saúde;

A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

PROPOSTA Nº 11 P/2019

“Por não ter condições para aceitar, proponho que a Assembleia Municipal não aceite a transferência de competências para esta Autarquia, nos termos da Lei 50/2018 de 16 de agosto, das competências abaixo indicadas e previstas nos respetivos Decretos-Lei:

Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01/2019 – Proteção e saúde animal de animais de produção;

Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019 – Educação;

Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01/2019 – Cultura;

Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01/2019 – Saúde;

A proposta apresentada foi aprovada por maioria com 9 abstenções.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **8) Discussão e votação sobre pedido de apoio da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira.**

O Sr. Presidente informou que a Câmara recebeu um pedido da União de Freguesias de Mação. Penhascoso e Aboboreira, para realização de obras de beneficiação realizadas no edifício da antiga escola primária de Chão de Codes, cedida a esta União de Freguesias através de Contrato de Comodato, desde 2014. Mais informou que a Câmara deliberou por unanimidade apoiar o solicitado, no valor de 4.000,00€ (quatro mil euros) e é esta proposta que traz a esta Assembleia.

---O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que, relativamente à informação que receberam, teve conhecimento do montante que foi gasto nas referidas obras e verifica que o apoio proposto pela Câmara será de cerca de 35% da referida verba. Solicita informação sobre se esta percentagem de apoio é a mesma que foi dada a outras situações similares que possam ter existido em termos de equidade.

O Sr. Presidente informa que nunca houve nenhuma situação idêntica pois é um Contrato de Comodato celebrado com uma Junta de Freguesia, que é único. Mais informa que tem sido concedido apoios na ordem dos 50% a algumas Juntas de Freguesia e Associações do Concelho, numa espécie de regra não escrita mas aqui temos uma situação um pouco diferente pois é um património que tem Contrato de Comodato e, segundo o mesmo, toda a manutenção dos espaços são da responsabilidade do comodante. Mais refere que esta foi a decisão da Câmara por proposta sua e o facto de agora ser dado este apoio não quer dizer que outros apoios

não venham a ter valores percentuais diferentes, tudo dependerá de cada uma das circunstâncias presentes na altura.

-- Seguidamente o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente foram colocados à discussão, em conjunto, por decisão unânime da Assembleia, os pontos 9), 10) e 11) da Ordem de Trabalhos: **9) Discussão e votação sobre Acordo de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Carvoeiro.**

10) Discussão e votação sobre Acordo de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Cardigos.

11) Discussão e votação sobre Acordo de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga.

O Sr. Vereador Vasco Marques inicia a sua intervenção referindo que a proposta de celebração destes Acordos de Execução vem no seguimento do que foi aprovado no ano passado para a época balnear de 2018 e as diferenças são que este ano são três Acordos e não dois e têm a abrangência de um ano pois os espaços necessitam de algum acompanhamento durante os doze meses do ano pois verifica-se alguma atividade fora do período da época balnear e que deve ser acompanhada. Mais refere que na génese destes Acordos está uma política de proximidade, com a qual se pretende que quem está mais próximo dos locais, neste caso Praias Fluviais de Cardigos e Carvoeiro e espaço de lazer junto à albufeira da barragem de Ortiga, possa diariamente perceber o estado em que esses locais se encontram, com maior ou menor necessidade de intervenção, dependendo da utilização dos mesmos.

---O vogal António Cardoso Lopes inicia sua intervenção referindo que a parte inicial dos Contratos poderia estar mais completa, faltando, na sua opinião algumas especificações. Mais refere que, na parte do articulado, existem algumas imprecisões e falta de especificação de alguns termos empregados e considera que o texto deverá ser melhorado, não estando em causa a essência dos Acordos pois considera que os mesmos terão sido discutidos com os Srs. Presidentes das Juntas e aceites pelos mesmos.

--O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção saudando a Câmara pela realização destes Acordos de Execução, uma vez que é um defensor acérrimo da delegação de competências da Câmara para as Juntas e, como Presidente de Junta,

está sempre disponível para negociar estas situações. Mais refere que, o conteúdo do texto dos referidos Acordos de Execução é muito pobre e deixa abertura para poderem aparecer alguns problemas na sua execução. Refere que não concorda com os textos dos Acordos de Execução, considera que os mesmos deveriam ser revistos e melhorados mas isso não significa que não dê a sua aprovação aos mesmos pois considera muito importante a existência dos mesmos, de serem anuais e do facto de terem sido discutidos com os Presidentes das Juntas. Termina referindo que, no Orçamento aprovado para 2019, não viu lá contemplada nenhuma rubrica que contemple protocolos de delegação de competências para as Juntas de Freguesia nem na Revisão Orçamental aprovada hoje foi incluída esta verba para dar satisfação em termos financeiros a estes protocolos que estamos agora a analisar e, portanto, gostava que esta situação lhe fosse explicada.

---A vogal Carla Loureiro questiona se estes Acordos de Execução não são uma transferência de competências que a Câmara anteriormente tinha decidido não aceitar em relação às praias? Questionou também sobre o espaço de lazer, em Ortiga, que não é uma Praia Fluvial, se alguém vai analisar esta água e as pessoas podem continuar a ir tomar banho naquele espaço?

O Sr. Presidente inicia a sua intervenção informando, relativamente à intervenção do vogal José Fernando Martins, que está uma verba prevista em Orçamento para as Juntas de Freguesia e se fosse necessário poderia ser feita uma revisão orçamental para esse fim, mas já foram feitas outras transferências de verbas para as Juntas, não com este formalismo, e podem ser feitas por Outras Transferências Correntes para entidades do sector público que está previsto no Orçamento. Concorda que poderia ter sido cabimentado no Orçamento anteriormente mas garante que não será por isso que estes Acordos de Execução não serão pagos.

---O Sr. Vereador Vasco Marques agradece as intervenções e os contributos dados pelos vogais desta Assembleia, os textos poderão ser melhorados, tomou nota das sugestões apresentadas e irá tê-las em consideração numa próxima ocasião. Mais refere que nestes documentos fica sempre uma margem para o bom senso e, muitas vezes é necessário ver as situações caso a caso e resolver com bom senso. Relativamente Às questões da vogal Carla Loureiro informa que todos os anos são feitas análises frequentes às águas, com duas baterias distintas e as mesmas são afixadas no Parque de Campismo, no concessionário do bar da albufeira e são muito importantes para que, dentro de algum tempo aquele espaço volte a ser Praia Fluvial e as mesmas

têm sido suficientemente boas para permitir que as pessoas tomem banho naquele local. Mais informa que aquele espaço é denominado espaço de lazer pois inclui o espaço ao pé do Restaurante A Lena, o Parque de Campismo e a zona do concessionário.

Colocados à votação, os pontos 9), 10) e 11) da Ordem de Trabalhos foram aprovados por unanimidade.

--- O vogal José Fernando Martins apresentou a seguinte declaração de voto:

“Os eleitos do Partido Socialista votam favoravelmente estes Acordos de Execução pois concordam com a essência dos mesmos, mas não concordam com muito do teor dos textos dos mesmos e recomendam que haja o cuidado de os alterar numa próxima edição dos mesmos.”

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 12) da Ordem de Trabalhos: **12) Discussão e votação de contrato de empréstimo a celebrar entre a Caixa de Crédito Agrícola e o Município de Mação.**

O Sr. Presidente informou que este Contrato é presente nesta sessão pois decorre da aprovação de contratação de empréstimo e é um contrato normal, com as cláusulas do empréstimo e que o Tribunal de Contas entende agora que deve ser aprovado pela Assembleia Municipal.

---O vogal José Fernando Martins refere que o que foi aprovado na sessão anterior desta Assembleia foi a autorização para a Câmara contratar o empréstimo à Caixa de Crédito Agrícola e, nesse momento, obviamente que não existia o contrato. Considera que isto é uma questão operacional que não podia ter sido votado anteriormente e os eleitos do PS votam favoravelmente o Contrato apresentado.

-- Seguidamente o ponto 12) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

HENRIQUE SILVA

Presente na reunião, o aluno Henrique Silva, residente em Mouriscas, que questionou sobre quando é que se poderá fazer algo pelos balneários masculinos desta escola que têm muito caruncho, que é muito prejudicial para as vias respiratórias dos jovens, especialmente para os que apresentam problemas de saúde, nomeadamente asma e outros problemas das vias respiratórias.

O Sr. Presidente informou que, por enquanto, a Câmara não tem responsabilidades sobre o problema que foi exposto, não tem competências sobre as instalações desta escola, o mesmo é da competência do Agrupamento de Escolas, mas a Câmara está disponível para tentar ajudar, dentro do possível e se assim for solicitado pelo Agrupamento.

O Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas informou que os referidos balneários foram intervencionados no início do ano letivo mas os mesmos têm um problema grave de canalização, desde a sua construção, a água está sempre mais quente, existe mais vapor e o problema persiste. Mais refere que a direção tem tentado minorar o problema, ainda não foi totalmente resolvido mas continua atento à situação.

LUIS GARRINHAS

Presente na reunião, o aluno Luis Garrinhas, residente em Monte Penedo, que solicita à Câmara a colocação de um abrigo de passageiros na paragem de autocarro nesta povoação, pois quando chove é muito desagradável para quem está à espera do autocarro.

O Sr. Presidente informou que os abrigos de passageiros são da competência das Juntas de Freguesia mas a Câmara está disponível para colaborar nessa situação se assim for solicitado pela União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira.

NUNO ESTEVES

Presente na reunião, o aluno Nuno Esteves, residente em Chão de Codes, que refere que o Olival Pedagógico que foi plantado na escola, é um projeto que se encontra um pouco abandonado e solicita informação sobre o ponto de situação em que o mesmo se encontra e se é para vingar ou abandonar.

O Sr. Presidente refere que esta também é uma questão da responsabilidade do Agrupamento de Escolas, que se necessitar de ajuda da Câmara, a mesma estará disponível para dar o apoio que for possível.

O Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas informou que, relativamente ao Olival Pedagógico, o mesmo resultou de uma parceria com a APABI e o objetivo deste projeto era que cada aluno tratasse da sua oliveira. Mais informou que a qualidade do terreno onde o mesmo foi plantado não é das melhores e, neste momento, o mesmo tem muita erva, não está tão bonito como todos gostariam mas vamos tentar salvar o olival e continuar aquele projeto.

MARGARIDA MONTEIRO

Presente na reunião, a aluna Margarida Monteiro, residente em Envendos, que refere que há pouco tempo foi colocada uma placa indicativa de Turismo Rural, mas foi só uma e foi colocada na entrada da povoação de Vale de Junco que considera insuficiente pois quem entrar de outros lados da povoação não tem qualquer informação da existência da unidade de Turismo Rural.

O Sr. Presidente informou que efetivamente foi colocada uma placa na entrada da povoação de Vale de Junco, compreende a questão colocada pela aluna Margarida Monteiro mas refere que é difícil colocar placas indicativas de Turismo Rural em todos os cruzamentos, mas fica o registo sobre o assunto que será analisado convenientemente.

INÊS PARENTE

Presente na reunião, a aluna Inês Parente, residente em Mação que refere que a Loja 24 tem vindo a causar muitos problemas a quem habita no prédio onde funciona a mesma pois não conseguem dormir nem estacionar junto ao referido prédio, especialmente nas noites de sexta e sábado, tendo-se já verificado casos de vandalismo nas viaturas dos moradores e roubo de combustível. Mais informou que já foram chamadas as autoridades algumas vezes mas quase nada foi feito e os problemas são constantes.

O Sr. Presidente refere que este é um assunto complicado, uma situação extremamente aborrecida, sobre a qual a Câmara tem conhecimento. Informa que aquele espaço não foi licenciado pela Câmara pois não é competência da Câmara fazê-lo, bem como não compete à Câmara fiscalizar a questão do ruído e muito menos os atos de vandalismo que possam ocorrer. Mais refere que, se a loja ali está é porque foi estabelecido um contrato para ela ali funcionar e, provavelmente, se os condóminos entrarem em consenso com o dono do espaço, que arrendou o mesmo, o assunto poderá ser resolvido.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----